

A NATUREZA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM FEIRA LIVRE

*Josélia Carvalho de Araújo**, *Rita de Cássia da Conceição Gomes***,
*Moacir Vieira da Silva****, *Jhose Iale Camelo da Cunha*****

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir acerca da educação ambiental praticada em uma feira livre, em um bairro, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte (RN). Parte da noção de que a educação ambiental é uma prática educativa e reflexiva que impacta o meio ambiente, devendo, para isso, concorrer para sua preservação, pensando nas gerações futuras. Nesse sentido, busca, de forma específica, discutir a relatividade da educação ambiental em feiras livres, tendo presente que a paisagem que se descortina aos olhos do observador não revela a essência da educação ambiental própria das feiras livres, em sua própria natureza, sua essência. Desenvolve discussões conceituais, bem como apresenta a evolução das feiras livres, desde a sua gênese, à sua projeção no Brasil e, ainda, dados acerca das feiras livres na cidade de Natal (RN). Para elucidar as discussões teóricas e a análise de dados, apresenta falas dos sujeitos entrevistados, bem como imagens obtidas por meio de um levantamento fotográfico realizado no início e ao final da feira, fazendo suas devidas discussões. Entende que a cultura própria da feira livre há de ser apreendida em seu significado de busca pela sobrevivência, e não em padrões estabelecidos como corretos ou errados, a serem seguidos

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Departamento de Geografia, *Campus* Central, Mossoró, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Professora permanente do POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7513-6621>. Correio eletrônico: joseliacarvalho@uern.br.

** Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutora pela Universidade do Porto (UP), Portugal. Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0409-8060>. Correio eletrônico: ricassiacg@gmail.com.

*** Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (UFRN). Professor da Escola Estadual Professor José de Freitas Nobre (SEEC). Professor da Escola Estadual Doutor Ewerton Dantas Cortes (SEEC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1628-0935>. Correio eletrônico: moacirvs31@hotmail.com.

**** Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Educação do Campo Universidade Federal Rural do Semi-Árido (LEDOC/UFERSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7326-7230>. Correio eletrônico: jhose.iale@ufersa.edu.br.

por toda a sociedade. Por fim, a educação ambiental própria da feira livre é aquela que expressa a cotidianidade dos seus sujeitos, respeitando a sua cultura.

Palavras-chave: educação ambiental; feiras livres; meio ambiente.

THE NATURE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION AT FREE FAIR

ABSTRACT

The objective of this text is to discuss about the environmental education practiced in a free fair, in a neighborhood, in the city of Natal, Rio Grande do Norte (RN). It starts from the notion that environmental education is an educational and reflective practice that impacts the environment, and therefore must contribute to its preservation, thinking about future generations. In this sense, it specifically seeks to discuss the relativity of environmental education in free fairs, bearing in mind that the landscape that unfolds to the eyes of the observer does not reveal the essence of environmental education proper to free fairs, in its very nature, its essence. It develops conceptual discussions, as well as presents the evolution of free fairs, since its genesis, its projection in Brazil, and also, data about free fairs in the city of Natal (RN). To elucidate the theoretical discussions and data analysis, it presents speeches of the interviewed subjects, as well as images obtained through a photographic survey carried out at the beginning and at the end of the fair, making their due discussions. It understands that the culture of the free fair has to be apprehended in its meaning of search for survival, and not in standards established as right or wrong, and to be followed by the whole society. Finally, the environmental education typical of the free fair is one that expresses the daily life of its subjects, respecting their culture.

Keywords: environmental education; free fairs; environment.

LA NATURALEZA DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA FERIA LIBRE

RESUMEN

El objetivo de este texto es discutir sobre la educación ambiental practicada en una feria gratuita, en un barrio, en la ciudad de Natal, Rio Grande do Norte (RN). Se parte de la noción de que la educación ambiental es una práctica educativa y reflexiva que impacta en el medio ambiente, y por ello debe contribuir a su preservación, pensando en las generaciones futuras. En este sentido, se busca específicamente discutir la relatividad de la educación ambiental en las ferias gratuitas, teniendo en cuenta que el paisaje que se despliega ante los ojos del observador no revela la esencia de la educación ambiental propia de las ferias gratuitas, en su propia naturaleza, su esencia. Desarrolla discusiones conceptuales, además de presentar la evolución de las ferias libres, desde su génesis, su proyección en Brasil, y también, datos sobre las ferias libres en la ciudad de Natal (RN). Para dilucidar las discusiones teóricas y el análisis de datos, presenta discursos de los sujetos entrevistados, así como imágenes obtenidas a través de un levantamiento fotográfico realizado al inicio y al final de la feria, realizando sus debidas discusiones. Entiende que la cultura de la feria libre ha de ser aprehendida en su sentido de búsqueda de la supervivencia, y no en normas establecidas como bien o mal, y ser seguida por toda la sociedad. Finalmente, la educación ambiental propia de la feria libre es aquella que expresa la vida cotidiana de sus sujetos, respetando su cultura.

Palabras clave: educación ambiental; ferias libres; medio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Tendo como ponto de partida o nosso interesse pela cultura da feira livre, bem como a vivência de frequentarmos, mesmo que eventualmente, uma feira livre em Natal (RN) – a feira de Santa Catarina –, sentimo-nos instigados a discutir em que medida a educação ambiental própria da feira livre, aparentemente caótica, deixaria de ser uma forma de educação ambiental.

Para elucidar as noções que são discutidas ao longo do texto, examinamos alguns teóricos, fizemos o levantamento de dados secundários, seguindo-se o levantamento de dados primários, como o registro fotográfico e a entrevista aos feirantes.

O resultado desse percurso investigativo ora é exposto da seguinte forma, em três seções próprias do desenvolvimento das discussões, a saber: a feira livre em si, desde os seus primórdios; o contexto da feira livre em Natal (RN); e, por fim, a exposição e as discussões dos resultados da pesquisa de campo.

2 PARA COMEÇAR, REFERENCIAL TEÓRICO DA FEIRA LIVRE

Quanto à sua origem, as feiras livres existem desde a Antiguidade – 2000 a.C. –, na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma antigas (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013). Já quanto à sua função inicial, as feiras livres surgiram tanto para o atendimento à sobrevivência material quanto para as trocas de produtos entre os povos, conforme podemos inferir do que dizem Pierri e Valente (2006, p. 11), ao afirmarem que “[...] feiras livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida”. Nessa linha de raciocínio, Barreto e Lima (2007, p. 36) acrescentam que “[...] historicamente, as primeiras feiras surgiram para satisfazer as necessidades de troca entre as pessoas. A partir e ao redor delas surgiram as comunidades e as cidades”.

Em resumo, o pensamento dos autores citados nos diz o seguinte: as feiras livres vêm desde a Antiguidade, e ainda persistem atualmente; a exemplo do mercado público, a feira livre consiste num espaço no qual ocorre a troca de bens e a busca da sobrevivência material dos sujeitos envolvidos. Por abranger um dado número de pessoas, conforma-se num dado contexto urbano, passando a ser importante para o desenvolvimento da economia urbana.

Uma significativa contextualização da feira livre, desde o seu surgimento, até a sua atualidade, em Natal (RN), é feita por Azevedo e Queiroz (2013), autores dos quais lançaremos mão de alguns aportes a seguir, estabelecendo diálogo com outros autores.

Azevedo e Queiroz (2013), depois de contextualizarem o surgimento da feira livre no Brasil, desde a expansão marítima e comercial europeia, afirmam serem elas uma herança medieval portuguesa. Eles assim precisam quanto à sua primeira manifestação no Brasil:

O primeiro registro oficial da existência de feira no Brasil data de 1732, a feira de Capoame, localizada no Recôncavo Baiano. Sabe-se da existência de feiras livres, nos séculos XVIII e XIX, nos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. As feiras livres emergem no Nordeste brasileiro associadas à estrutura econômica da região dos séculos XVIII e XIX. De um lado a economia da cana de açúcar na Zona da Mata e, do outro lado, a atividade pecuarista e da cotonicultura no Sertão. O gado também era trocado e vendido nas feiras livres semanais, que eram realizadas em pontos de encontro das

rotas entre o Sertão e a Zona da Mata, sendo denominadas de feiras de gado (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 03).

As feiras livres cumprem o papel de garantir a sobrevivência de parte da população de um dado lugar. E, no caso do Nordeste brasileiro, os produtos oriundos da agropecuária sertaneja presidiam o conteúdo das trocas, assim como suscitava o surgimento até mesmo de algumas cidades, como afirmam Azevedo e Queiroz (2013, p. 03), “[...] o surgimento de povoações, vilas e cidades nordestinas são causa e consequência das feiras de gado”. Também são os referidos autores que defendem serem as feiras livres “museus vivos” da história e da cultura nordestina. Dessa forma, podemos inferir que as feiras livres contribuem na conformação do espaço urbano-regional no Rio Grande do Norte.

Essa conformação do espaço urbano-regional se faz no sentido das trocas comerciais entre parcelas do território, expressando assim a divisão territorial do trabalho, com foco na economia de cada lugar, a qual expressa o modo de vida e a cotidianidade das pessoas. Assim, ao expor seus produtos na feira livre para venda e ao comprar produtos de outros feirantes, conforma-se um amplo intercâmbio cultural. Nesse contexto, sabemos que há uma cultura própria da feira, expressa em suas formas materiais e imateriais, desde a organização das bancas, da exposição dos produtos, até mesmo a forma de diálogo entre os feirantes e com os seus clientes.

É, então, em meio a essa cultura própria da feira, que podemos afirmar que há uma educação ambiental própria da feira. A natureza da educação ambiental em feiras livres, em seu contexto, será o tema da próxima seção.

3 O CONTEXTO DE FEIRAS LIVRES EM NATAL

Enquanto elementos da estruturação comercial em Natal, a feira livre precedeu o mercado público por uma diferença de tempo de quase quatro décadas, sendo este último elemento inaugurado somente em 1892. Teixeira (2009, p. 441) informa que “[...] havia uma feira em Natal desde, pelos menos, o início do século XIX [...]”. Esse mesmo autor, porém, ao falar da criação formal da feira em Natal, remete-nos à segunda metade do século XIX. Desse modo, a feira e o mercado público não estariam assim tão distantes entre si, já que a feira data de 1853 e o mercado público, de 1892, conforme vemos a seguir:

A resolução n.º 7, de 11 de novembro de 1841, institui a feira em Natal. Essa feira só começou em 1853. A população a abandonou, contudo, algum tempo depois. Em Natal, as feiras livres eram organizadas em diferentes lugares da cidade. Elas se tornaram realmente populares somente a partir do início do século XX. Com efeito, o comércio se estabeleceu pouco a pouco na capital [...] (TEIXEIRA, 2009, p. 55, grifo nosso).

Tal qual o mercado, a feira livre, além de lugar de troca, adquiria outras funções, como informa Teixeira (2009, p. 441, grifo nosso), “[...] como em nossos dias, as feiras transcendiam os interesses econômicos. Era um *momento de encontro*, de celebração semanal no centro do pequeno burgo”. Ao resgatarmos a expressão “momento de encontro”, fazendo o autor referência à feira, temos presente que esse espaço já era, por si, o *locus* da urbanidade, em virtude do encontro de pessoas constituindo relações de cordialidade, embora num contexto de relações de troca (LEFEBVRE, 1999, 2001, 2006).

A feira, enquanto lugar de trocas, tem essa capacidade de atrair fluxos, atrair pessoas (SPOSITO, 2010). Se ela atrai pessoas, há encontros, e se esses encontros se fazem no sentido do comércio, “essência da cidade”, no dizer de Pintaui (2015), ou no sentido das trocas, posto que “as cidades são lugares de trocas”, segundo o pensamento de Fernandes (2014), consegue-se, dessa forma, alicerçar o urbano ou a sua essência.

É importante destacarmos que a feira livre é marcante na estruturação da atividade terciária no bairro do Alecrim, bairro que detém a mais tradicional feira livre, datando de 1920. As feiras livres em Natal remontam à memória deste espaço ainda na condição de Província do Rio Grande do Norte (RN). Desde então, e seguindo enquanto capital norte-riograndense, com a Proclamação da República, em 1889, herdou a condição periférica pretérita, de um comércio local de pouca expressividade, que perdia lugar no cenário regional para os estados de Pernambuco e Paraíba. Assim, a feira livre é a expressão da cultura local, da forma de vida dos cidadãos natalenses.

Importante discussão acerca das feiras livres em Natal é se elas precederam os mercados públicos. Mais ainda, quais são as feiras que “permanecem vivas” no dizer de estudiosos citados até então? Isto porque, enquanto as feiras ocorrem semanalmente, os mercados públicos já não gozam de expressividade, nem para as trocas comerciais, nem tampouco como forma de expressão cultural. Dessa forma, eles interferem pouco na constituição da formação ou da educação (além do espaço formal da escola) do sujeito natalense.

A importância da feira livre em Natal pode ser constatada (a partir da ocorrência das feiras, do número de feirantes participantes e das bancas, da abrangência urbana e espacial

delas) nos dados do Quadro 1, resultado da consulta ao sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), da Prefeitura Municipal de Natal. Nesse espaço virtual, consta uma hiperligação denominado “Feiras Livres”, a qual apresenta a programação semanal de feiras, indicando o dia de realização da feira, o local ou nome da feira, o número de bancas e o de feirantes (NATAL, 2016). Desta forma, importa o atual contexto das feiras livres de Natal, o qual apresentamos por cada região administrativa da cidade, localidade e nome da feira, dia da semana, número de bancas e número de feirantes, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Feiras livres em Natal (RN)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NOME DA FEIRA	DIA DA SEMANA	NÚMERO DE	
			BANCAS	FEIRANTES
Norte	Nova Natal	Domingo	550	283
	Gramoré	Domingo	96	65
	Nova República	Domingo	40	21
	Igapó	Terça-feira	415	255
	Aliança	Quarta-feira	229	186
	Santarém	Quarta-feira	27	14
	Panorama	Quinta-feira	332	196
	Parque dos Coqueiros	Sexta-feira	450	298
	Cidade Praia	Sexta-feira	112	77
	Santa Catarina/Soledade	Sábado	490	223
	Pajuçara	Sábado	62	32
Leste	Lagoa Seca	Domingo	206	122
	Mãe Luiza	Domingo	99	67
	Rocas	Segunda-feira	370	370
	Alecrim	Sábado	836	437
Oeste	Quintas	Domingo	232	144
	Cidade da Esperança	Domingo	386	406
	Carrasco	Quarta-feira	819	477
	Planalto	Quinta-feira	186	97
	Felipe Camarão	Sábado	85	53
	Cidade Nova	Sábado	58	29
Sul	Pirangi	Domingo	30	23
TOTAL	22 FEIRAS LIVRES	-	6.110	3.785

Fonte: Natal (2016).

As informações dispostas no Quadro 1 têm por base dados do sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), da Prefeitura Municipal do Natal, uma vez que nossa decisão foi optar pelos dados oficiais.

Ao fazermos uma leitura do referido Quadro 1, vemos que o número de feiras livres é maior nas Regiões Administrativas Norte (com 11 feiras) e Oeste (com seis feiras), as quais, conforme nosso conhecimento, pelas vivências na urbe, são as que concentram população de mais baixa renda. Logo em seguida, quanto ao número de feiras livres, vem a Região

Administrativa Leste, a qual concentra os bairros mais antigos de Natal, com quatro feiras livres. Já a Região Administrativa Sul, que, juntamente com a Região Administrativa Leste, concentra a população de mais alta renda, de igual modo, pela vivência na cidade, tem apenas uma feira livre. Isto porque a prática comercial por parte dos feirantes se pauta muito em função do sustento da sua vida material. Do mesmo modo, o “ir às compras” na feira livre é também uma cotidianidade relativamente própria dos estratos sociais menos abastados.

Para uma compreensão mais detalhada da distribuição das feiras livres entre os bairros e regiões administrativas da cidade é importante considerarmos os dados da Tabela 1, que mostra a renda média mensal, por salários-mínimos, da população por bairro e por região administrativa da cidade. A partir da compilação dessas informações, conseguimos entender, mesmo que de maneira parcial, as tramas envolvidas entre o poder aquisitivo dos sujeitos que utilizam a feira, o local de sua instalação e o desenvolvimento.

Ao examinarmos os dados constantes na Tabela 1, vemos que se evidencia uma relação inversa entre nível de renda e a ocorrência de feiras livres; ou seja, nas Regiões Administrativas (RAs) nas quais as rendas são mais altas, que são as RAs Leste e Sul, há um menor número de feiras livres; enquanto nas RAs de rendas mais baixas, que são as RAs Norte e Oeste, há um maior número de feiras livres. Um caso bem exemplar é o da RA Norte, que, além de ter o maior número de feiras livres em Natal, é a que realiza essa prática comercial em quase todos os dias da semana, excetuando-se apenas a segunda-feira (conforme as informações dispostas anteriormente no Quadro 1).

Quanto aos dias em que ocorrem feiras livres em Natal, é notável que a maior ocorrência se verifica entre o sábado e o domingo. Mas, como os feirantes são itinerantes entre as feiras de Natal, conforme informação obtida junto à SEMSUR, em pesquisa de campo, realizada em 2022, estes podem participar de diversas ou até mesmo de todas as feiras livres. Um dado curioso é que o número de bancas é sempre superior ao de feirantes, o que pode apontar que um mesmo feirante tem mais de uma banca, como forma de expandir seu negócio para poder garantir sua subsistência. Ademais, no rol desses feirantes, há ainda aqueles tidos como “ambulantes” ou “sazonais” – os que não têm bancas –, que se fazem presentes igualmente nas feiras livres, que não figuram nos dados expostos, mas não deixam de influenciar a dinâmica social, econômica e cultural local.

Tabela 1 – Renda média mensal por bairro e por região administrativa em Natal

RA NORTE/BAIRROS	SALÁRIOS-MÍNIMOS
Igapó	2 a 4
Lagoa Azul	2 a 4
N. S. da Apresentação	2 a 4
Pajuçara	2 a 4
Potengi	2 a 4
Redinha	2 a 4
Salinas	menos de 2
RA SUL/BAIRROS	SALÁRIOS-MÍNIMOS
Capim Macio	mais de 15
Candelária	11 a 15
Lagoa Nova	11 a 15
Pitumbu	8 a 11
Ponta Negra	8 a 11
Neópolis	6 a 8
Nova Descoberta	6 a 8
RA LESTE/BAIRROS	SALÁRIOS-MÍNIMOS
Barro Vermelho	mais de 15
Petrópolis	mais de 15
Tirol	mais de 15
Areia Preta	11 a 15
Ribeira	11 a 15
Cidade Alta	8 a 11
Lagoa Seca	6 a 8
Alecrim	4 a 6
Praia do Meio	4 a 6
Rocas	4 a 6
Mãe Luiza	2 a 4
Santos Reis	2 a 4
RA OESTE/BAIRROS	SALÁRIOS-MÍNIMOS
N. S. de Nazaré	4 a 6
Bom Pastor	2 a 4
Cidade da Esperança	2 a 4
Cidade Nova	2 a 4
Dix-Sept Rosado	2 a 4
Felipe Camarão	2 a 4
Nordeste	2 a 4
Planalto	2 a 4
Quintas	2 a 4
Guarapes	menos de 2

Fonte: Natal (2008).

Apesar da importância da feira livre para a sobrevivência dos feirantes, a sua localização, na atualidade, está muito mais interligada à clientela do que aos feirantes. Podemos depreender isso da informação de Azevedo e Queiroz (2013, p. 13), ao indicarem que os feirantes se originam de municípios para além do território natalense:

Todas as feiras são formadas, principalmente, por feirantes que residem nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) – Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, São José do Mipibu, Monte Alegre, Vera Cruz, Ceará-Mirim, Nísia Floresta – e de alguns outros municípios do estado, próximos à RMN, evidenciando-se a importância das feiras livres de Natal para a dinâmica socioeconômica regional.

Certamente, a origem dos feirantes diz muito dos tipos dos produtos, que são, em sua maioria, ligados à produção agropecuária. Ir à feira, apesar das novas práticas do varejo, qualificado como moderno, ainda significa ir à busca de produtos frescos, a preços baixos, comprados diretamente – ou quase – do produtor. São produtos que chegam para a comercialização, com pouco ou nenhum controle de qualidade, razão pela qual os consumidores de perfil mais exigente, que podem pagar por produtos certificados, a preços mais elevados, afastam-se desse ambiente.

Visando resolver essa precariedade de estrutura e higiene, e no contexto natalense,

10

As feiras [livres] das Rocas, Carrasco, Alecrim, Lagoa Seca, e Cidade da Esperança, foram beneficiadas com a padronização e turistificação iniciada em 2006. Mas a negligência por parte dos governos municipais fez com que o projeto não fosse concluído, e as primeiras feiras com tendas padronizadas já estão precisando de uma nova manutenção (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 16).

Essa teria sido uma forma de sanar a precariedade que é tão discutida em relação às feiras livres de Natal e que afugenta a sociedade em direção aos supermercados, hipermercados, atacarejos e similares. Estes apresentam uma estrutura visivelmente limpa e, em sua maioria, são climatizados, disponibilizam facilidades de crédito, estacionamento amplo, entre outros atributos.

As feiras livres em Natal, geralmente, estão localizadas ou em alguns bairros mais antigos da cidade ou em comunidades que concentram população de renda baixa (BARRETO; LIMA, 2007), como as Regiões Administrativas Norte e Oeste (NATAL, 2016). Dessa forma, elucida-se a defesa de que a feira livre se volta à sobrevivência material de alguns estratos da sociedade e de que é um lugar de trocas de mercadorias, muito pautado ainda no contato pessoal, fazendo parte da cultura e do imaginário social da comunidade. Nesse sentido, Pierri e Valente (2006, p. 12) descrevem que

Os vínculos sociais nas relações comerciais são estreitos: há oportunidade para a proximidade, para a conversa e a negociação e a possibilidade de contato direto entre o produtor de um bem e o seu consumidor final. São lugares de vivência, de agregação e de comunicação. Podem ser ricas em tradições e cultura, onde uma identidade pode ficar impressa, contando a história de um lugar.

Os diferentes atores sociais que fazem parte das feiras livres compartilham determinados valores sociais e culturais que são historicamente definidos, a saber: as formas de agir, de negociar as normas, as convenções sociais e as regras que sustentam e reproduzem tais mercados (CASSOL, 2018). Os valores estabelecidos, segundo o referido autor, são dinâmicos e variáveis na medida em que sofrem influência das interações em um contexto mais amplo, frutos do “[...] desenvolvimento do capitalismo contemporâneo (relações de poder; exigências técnicas-sanitárias; proibição da adoção de determinada prática; etc.)” (CASSOL, 2008, p. 157). Em outros termos,

[...] a dimensão valorativa – responsável pelas atribuições de sentido e significado às transações econômicas – está constantemente sendo (re) atualizada e (re) significada, na medida em que os atores sociais recorrentemente se defrontam, e são confrontados, com diferentes e novos padrões de interação, normas e regras (assentados em outros valores daqueles tradicionalmente mobilizados) (CASSOL, 2008, p. 157).

11

Essa é outra dimensão da feira livre, a dimensão simbólica e cultural (que está carregada de elementos e raízes históricas e temporais). Hoje, falar de feira livre em Natal, por exemplo, no seu imaginário social, remete-nos a falar, talvez, em primeiro lugar, da Feira do Alecrim, mesmo que outras feiras livres possam ser citadas a seguir. Vejamos como a literatura se refere a ela:

Feira do Alecrim: considerada a mais tradicional feira livre da cidade, começou em 1920 [...]. O ponto de concentração é a Avenida Presidente Quaresma [...]. Hoje, a feira do Alecrim possui 515 metros de cobertura (tendas), banheiros químicos, lixeiras e placas de identificação de produtos que estão separados por tipo (BARRETO; LIMA, 2007, p. 39).

Ser propalada como a mais tradicional e resistir às nuances por que passa o setor varejista na sociedade moderna em Natal é um discurso corrente também no trabalho de Bezerra (2005), ao tratar da Feira do Alecrim, apontando-a como um marco no comércio natalense. É também Bezerra (2005) que relata sobre a estratégia de venda “no grito”, a qual se verifica em feiras livres, principalmente, ao seu final, quando os produtos baixam de preço.

Dessa forma, ficou consignado dizer, na cultura popular, “a hora do grito”, referindo-se ao final da feira.

Esse atributo cultural-simbólico da feira livre indica a presença de um forte *conteúdo*, que, mesmo sob uma *forma* física um tanto fluida e efêmera, caracterizada pela inexistência da loja física (PIERRI; VALENTE, 2006), consegue engendrar *processos* de comercialização de produtos, revestidos de todo um simbolismo sociocultural, impregnado na vida de uma comunidade, figurando assim como uma centralidade que se conforma semanalmente, em cada lugar da cidade de Natal, para o qual cada feira livre está programada.

4 EXPRESSÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM FEIRA LIVRE

A educação ambiental, enquanto “[...] prática social reflexiva e formativa [...]” (IARED *et al.*, 2011, p. 26), não pode prescindir das condições materiais e culturais do sujeito que a pratica. A partir desse marco, entendemos que a educação ambiental própria dos feirantes e dos seus clientes, é a expressão das suas condições materiais, desde o trabalho, a formação – formal ou informal –, sua crença, sua formação política, entre outros aspectos que constituem a pessoa humana. Nesse sentido, e com base nas ideias de Jacobi, Tristão e Franco (2009, p. 73, grifo do autor), cabe frisarmos que

[...] as práticas reflexivas de educação ambiental buscam uma educação que assuma a complexidade, a globalidade, a criticidade e a responsabilidade pelo *destino comum da humanidade*, sem desprezar as identidades culturais e a diversidade das múltiplas sociedades que fazem parte do planeta.

Nesse horizonte de pensamentos, é importante destacarmos que a educação ambiental é fundamentada (ou tem por alicerce central), de acordo com Leff (2008), em dois princípios, a saber: a orientação de valores e comportamentos por meio de uma nova ética que busca a justiça social e a sustentabilidade ecológica; e a reconstituição do saber e do diálogo entre os saberes para uma nova concepção de mundo como sistema complexo. Há, portanto, uma busca pela consciência ambiental no âmbito do planeta, revolucionando a educação ambiental, tendo como objetivo a conscientização da população. Porém, levantamos a seguinte questão: como se conformaria a educação, qualificada como ambiental, no contexto das feiras livres?

Decorrente das condições ou dos elementos já apresentados, falar de educação ambiental em feiras livres, falar da natureza dessa educação ambiental é, para nós, considerar as práticas ambientais dos sujeitos presentes nas feiras livres libertas de quaisquer enquadramentos do que seja educação, em especial, do que seja educação ambiental. Cumpre,

nesta perspectiva, relativizar o padrão de educação com foco numa paisagem limpa, (re)modelada por formas regulares, movimentos previsíveis, sons harmônicos, expressões polidas, frases gramaticalmente certas, cheiros suaves e uma infinidade de outros critérios que nos vêm à mente, quando falamos em ambiente urbano, urbanidade, educação, enquanto conjunto de práticas “normais” na sociedade urbana moderna.

Na feira livre, tudo – ou quase tudo – está fora do lugar. Está fora do lugar previsto, porque a feira livre é dinâmica, tudo se faz na interação entre feirante e cliente, desde o acesso aos produtos – como tocar, escolher –, até a negociação, o diálogo, que tem uma linguagem própria, quase sempre lúdica, rimada, improvisada. Cassol (2018) destaca e comenta que esse aspecto do tato, do manusear os alimentos em uma feira livre é considerado uma prática cultural (por assim dizer, comum) entre os atores envolvidos, estando associada a uma maior qualidade dos produtos.

É desse lugar de cliente em feiras livres, do gostar de ir à feira livre, de admirar a cultura própria da feira livre, que queremos discorrer sobre o tema, tratando-o a partir da empiria, após termos feito algumas reflexões mais baseadas na literatura e no levantamento de dados secundários.

Passaremos então a descrever esse lugar que é a feira livre, tendo por base a Feira de Santa Catarina, em Natal, assim conhecida e denominada, a qual funciona hoje, na verdade, no Soledade II, ambos os conjuntos habitacionais no bairro Potengi. Não é demais precisar que a escolha pela descrição do ambiente dessa feira livre se faz pelo fato de ter sido o nosso recorte espacial, nosso campo de pesquisa empírica, no último semestre de 2022. Focaremos não em dados quantitativos, mas em informações qualitativas, enquanto expressões da cultura da feira livre, com um foco na educação ambiental própria da prática dos sujeitos presentes na referida feira.

A partir da visão de educação ambiental enquanto prática exercida pelo sujeito humano, no meio ambiente, protegendo, preservando e pensando nas gerações futuras, o que temos a dizer da presença, na feira livre, de produtos expostos no chão? Mesmo que seja esse chão em sua forma mais natural, como areia, barro ou “mato”, ou formado pela calçada, passeio público, ou sob a forma de calçamento com paralelepípedo, ou até mesmo como asfalto.

É assim a primeira paisagem que se descortina à visão de quem visita a feira livre de Santa Catarina, quiçá a mesma nas demais feiras livres de Natal. Contudo, questionamo-nos: isso significa ausência de educação ambiental? Pode parecer contraditório que, ao

afirmarmos, em trechos anteriores, que educação ambiental consiste em cuidar do meio ambiente, a descrição ora apresentada expresse exatamente o contrário.

Mas é nesse ponto que está o foco da nossa discussão, de relativizar o que é a natureza da educação ambiental em feiras livres. Em outras palavras, entendemos que a descrição que fizemos de um ambiente aparentemente caótico faz parte da natureza própria das feiras livres, porque, senão como descrito, não seria feira livre.

Passaremos agora a analisar o ambiente da feira livre de Santa Catarina, a partir da exposição de imagens do registro fotográfico feito no mês de setembro de 2022, bem como de falas de alguns entrevistados, os quais chamaremos de entrevistado, mais o número de sequência (“entrevistado 1” e seguintes) de apresentação da fala, contribuindo assim para o anonimato do sujeito. Iniciaremos por uma imagem que mostra certo grau de organização aos olhos da racionalidade (Figura 1).

Figura 1 – Disposição de produtos em feira livre



Fonte: registrada pelos autores.

Considerando a forma segundo a qual a feira livre se organiza, o entrevistado 1 nos falou o seguinte sobre a higiene realizada após o final da feira “[...] a Urbana vem varrer após o final da feira. Antes, também lavava. Mas agora, que as bancas que vendem peixes foram colocadas na areia, não há mais necessidade”. Identificamos uma “ordem”, tanto na disposição dos produtos da Figura 1, quanto na prática de dispor as bancas dos peixes na área de areia, para que o líquido mal cheiroso, resultante do processamento dos peixes, ao serem preparados para a venda, seja absorvido pela areia, dispensando a lavagem. Existiria uma educação ambiental nesse contexto ou nesse espaço-realidade? Cabe a reflexão; o debate e a análise não limitam a discussão.

Seguindo essa ordem, vemos, nas figuras abaixo, formas de “estocar” os produtos.

Figuras 2 e 3 – Estoque de produtos na feira livre



Fonte: registradas pelos autores.

Nas Figuras 2 e 3, acima, vemos a estocagem de produtos na feira livre, no chão, seja sobre a areia, seja sobre a parte de alvenaria. Essa é uma prática comum na feira livre, estocar produtos, fazendo “montes”, onde quer que haja espaço livre. Não há, segundo a prática dos feirantes, uma preocupação em acondicionar os produtos em caixas organizadoras, as quais, como vemos, estão empilhadas lado a lado dos produtos. Do ponto de vista cultural, na feira livre, o que importa é apresentar os produtos aos clientes. E assim, esses “montes” de produtos dão a impressão de abundância, despertando a vontade de comprar da parte do cliente.

Observando a referida feira livre, vemos algumas “fugindo” um pouco à norma; inclusive, subvertendo as normas de trânsito, uma vez que os produtos são dispostos no chão, ocupando a sinalização horizontal, o canteiro central, e até mesmo a via pública, misturando-se aos veículos, conforme podemos ver nas Figuras 4, 5 e 6.

Nessa feira livre, o espaço da norma, das faixas que delimitam por onde veículos podem ou não podem transitar, é ocupado pelos produtos, e os veículos são forçados a contornar os produtos, ocupando os espaços que são deixados livres pelos feirantes.

Figuras 4, 5 e 6 – Produtos ocupam espaço (e normatização do espaço público)



Fonte: registradas pelos autores.

Observadas as imagens anteriores, emerge uma questão: a forma como os elementos da feira estão dispostos nos espaços significa alguma desordem ou ausência de educação ambiental? Entendemos que não. Compreendemos que essa conformação presente no espaço da feira livre é própria do ambiente. Assim sendo, não está em desacordo e não expressa falta de cuidado para com o meio ambiente, uma vez que, cessada a feira, o ambiente volta à sua “normalidade”.

Produtos são dispostos no chão. Isso não afugenta os consumidores, porque estes entendem como adequado, conforme Figura 7. Segue-se o descarte de partes do mesmo produto, as quais são jogadas ao chão, conforme Figura 8.

Figuras 7 e 8 – Disposição de produtos no chão, para venda; rejeitos dos mesmos produtos



Fonte: registradas pelos autores.

Vejam os seguintes casos de processamento de alimentos no ambiente da feira livre, de frutas a carnes. Observamos que os restos são jogados ao chão, na certeza de que a empresa de limpeza urbana passará ao final, para varrer. Logo, a atitude não é intencional, no sentido de prejudicar o meio ambiente, conforme Figuras 9, 10, 11 e 12. Tais imagens apresentam, respectivamente, o processamento de maracujá para extrair a polpa (Figura 9); o processamento de cana-de-açúcar para elaborar o caldo de cana (Figura 10); o processamento de carne para fazer cortes (Figura 11). Na Figura 12, o destaque é para a polpa de maracujá, disponível na jarra e, no caso, a ser vendida.

Figuras 9, 10, 11 e 12 – Processamento de alimentos e destinação dos rejeitos



Fonte: registradas pelos autores.

Ante o exposto sobre o tema do processamento de alimentos em meio ao ambiente da feira livre, há de nos preocupar o seguinte: a possibilidade de higiene. Mesmo assim, sabemos que essa prática de higienizar os alimentos é muito mais uma atitude pessoal, do que o fato de comprar produtos processados na feira. Isto porque esses produtos podem, perfeitamente, deixar de ser comprados. Mas se o sujeito não tem o hábito de cuidar da higiene do seu consumo, não é o fato de o alimento estar sendo processado ao ar livre que irá contribuir

negativamente para sua saúde, mesmo porque a feira livre é um evento semanal, e a higiene pessoal, sabemos, deve ser uma constante.

Por fim, identificamos poucos casos de destinação verdadeiramente indevida de material na feira, o que podemos chamar de lixo jogado no chão, conforme Figura 13.

Figura 13 – Lixo jogado no chão, em feira livre



Fonte: registrada pelos autores.

Essa última imagem, sim, expressa uma falta de cuidado para com o meio ambiente; portanto, uma falta de cuidado para com a educação ambiental. E, mesmo que possa ser dito que não há lixeiras disponíveis na feira livre, as pessoas que jogaram tais materiais, caso tivessem o senso de responsabilidade para com o meio ambiente, cuidariam para que o material fosse guardado no devido lugar até ser levado pela empresa de limpeza urbana.

Outras expressões podem ser apresentadas a partir de falas de entrevistados. O entrevistado 2 pontua o seguinte: “Limpo a minha parte”. Enquanto o entrevistado 3 informa o que segue: “Coloco aqui, abaixo da minha banca, não incomoda ninguém”. E, por fim, o entrevistado 4 descreve um hábito bem corriqueiro na feira livre: “As pessoas pegam a farinha com as mãos, levando à boca para provar, quando já pegaram em dinheiro. Mas faz parte, é feira”. Vemos que, nas falas dos dois últimos entrevistados, o 3 e o 4, já se expressa um incômodo quanto às relações interpessoais, tendo como pano de fundo o hábito de higiene daqueles com os quais interagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O grito”, esse é, por excelência, a marca registrada da feira livre. Mas gritar seria falta de educação ambiental? Uma vez que causa ruídos, que incomoda os ouvidos das pessoas, que lhes tira a paz. É sobre isso que discutimos ao longo do texto, em essência: a

educação ambiental, a partir da noção de uma prática reflexiva e formativa do sujeito, há de considerar esse mesmo sujeito, em sua condição social, econômica, política e cultural. Sendo assim, o “grito”, próprio da feira livre no momento da negociação, ao final da feira, é muito mais expressão de uma animação da parte do feirante, que, quase sempre, passa a proferir falas engraçadas, bem como da parte do cliente, que busca os melhores preços. Nessa interação, a festa da cultura popular acontece, ganha vida e não nega a educação ambiental.

Outro ponto importante a resgatar é a paisagem própria da feira livre, aparentemente, de desordem e de falta de higiene, principalmente ao vermos produtos dispostos no chão. Mas, quase sempre, são produtos que saíram da própria terra, como frutas e verduras. Ainda nesse aspecto da paisagem, vemos a disposição de restos de alimentos processados, quase sempre, jogados ao chão. Mesmo assim, entendemos que não podemos considerar como falta de educação ambiental, no sentido de falta de cuidado com o meio ambiente, uma vez que o feirante tem a certeza de que a empresa de limpeza urbana passará ao final da feira, e tudo voltará ao “normal”.

Assim, o que se faz aparência, em feiras livres, em si, não revela a essência, posto que não é da natureza da feira livre a ordem racional encontrada em outros ambientes comerciais, alguns dos quais até mesmo climatizados, confinados por materiais industrializados. A feira livre, ao contrário, ocorre ao ar livre, bem perto da natureza. Logo, voltar-se para essa natureza não é nenhuma falta de educação ambiental. Antes, faz parte da natureza da educação ambiental praticada na feira livre.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. F. de; QUEIROZ, T. A. N. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal (RN- Brasil). **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 1009, p. 01-20, jan. 2013. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BARRETO, E.; LIMA, A. A. de. **Memória do comércio do Rio Grande do Norte**. Natal: RN Econômico, 2007.

BEZERRA, J. A. **A reafirmação do bairro**: um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CASSOL, A. P. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais**: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERNANDES, J. A. R. **Cidades, centralidades e centros**. Disciplina ministrada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 2014.

IARED, V. G *et all*. Coexistência de diferentes tendências em análises de concepções de educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, RS, v. 27, n.1, p. 14-29, 2011.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, abr. 2009.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução do grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. *In*: REIGOTA, M. (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. 3. ed. Petrópolis: DP, 2008. p. 35-47.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Mapas temáticos**. Natal: DIPE/SEMURB, 2008.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. **Feiras livres**. Programação das Feiras Livres em Natal. Natal: DIPE/SEMURB, 2016. Disponível em: <http://natal.rn.gov.br/semsur/paginas/ctd-40.html>. Acesso em: 20 dez 2016.

PIERRI; M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PINTAUDI, S. M. **O comércio e a cidade**. Disciplina ministrada junto ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: [s. n.], 2015.

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. *In*: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. **Uma geografia do movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

TEIXEIRA, R. B. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: Edurf, 2009.

Recebido em: 30 jul. 2023.

Aceito em: 17 set. 2023.